

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - IFPR

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2019 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23411.005773/2019-64

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo republishar a licitação, para possível contratação de pessoa jurídica para o fornecimento MATERIAL DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA FUNCIONAMENTO DA ADM, necessários a atender as demandas dos diversos *Campus* do Instituto Federal do Paraná - IFPR, conforme características técnicas, quantidades e demais requisitos descritos neste Termo de Referência, pelo Sistema de Registro de Preços, de acordo com o Decreto nº do **Decreto n.º 7.892/2013** e alterações posteriores, bem como no art. 15 da Lei nº 8.666/93.

1.2. Optou-se pela aquisição por Registro de Preços devido o fato de demandas oriundas dos diversos *Campi* do Instituto Federal do Paraná e ainda novas unidades sendo instaladas, assim não sendo possível a demanda exata da administração sendo tão somente a estimativa de aquisição:

ITEM	DENOMINAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	(Q) QUANT	UNID. DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO POR UNIDADE	PREÇO MÉDIO TOTAL	
1	AÇÚCAR REFINADO - EMBALAGEM 1KG	AÇÚCAR REFINADO - EMBALAGEM 1KG. DE ORIGEM VEGETAL, CONSTITUÍDO FUNDAMENTALMENTE POR SUCO DE CANA-DE-AÇÚCAR, CONTENDO NO MÍNIMO 98,5% DE SACAROSE, COM ASPECTO SÓLIDO E CRISTAIS BEM DEFINIDOS, COR BRANCA, ODOR E SABOR PRÓPRIOS DO PRODUTO, LIVRE DE FERMENTAÇÃO, SEM UMIDADE, SEM EMPEDRAMENTOS, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, DE PARASITAS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, COM EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA RESISTENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O CONSUMO, CONTENDO 1(UM QUILO), REEMBALADAS EM FARDOS REFORÇADOS, COM PRAZO DE VALIDADE DE 01 (UM) ANO A CADA FORNECIMENTO. A DATA DE VALIDADE DEVERÁ CONSTAR DA EMBALAGEM PRIMÁRIA E DA EMBALAGEM SECUNDÁRIA, EXCETO QUANDO A EMBALAGEM SECUNDÁRIA FOR TRANSPARENTE.	1.742	PACOTE	R\$ 1,84	R\$ 3.205,28	Item Exclusivo ME/EPP
2	AÇÚCAR, TIPO CRISTAL, EMBALAGEM COM 5 KG	AÇÚCAR, TIPO CRISTAL, EMBALAGEM COM 5 KG. DE ORIGEM VEGETAL, CONSTITUÍDO FUNDAMENTALMENTE POR SUCO DE CANA-DE-AÇÚCAR, CONTENDO NO MÍNIMO 99,3% DE SACAROSE, COM ASPECTO SÓLIDO E CRISTAIS BEM DEFINIDOS, COR BRANCA, ODOR E SABOR PRÓPRIOS DO PRODUTO, LIVRE DE FERMENTAÇÃO, SEM UMIDADE, SEM EMPEDRAMENTOS, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, DE PARASITAS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, COM EMBALAGEM PRIMÁRIAS EM PLÁSTICO RESISTENTE QUE	1.004	UNIDADE	R\$ 8,52	R\$ 8.554,08	Item Exclusivo ME/EPP

		GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O CONSUMO, REEMBALADAS EM FARDOS REFORÇADOS, COM PRAZO DE VALIDADE DE 01 (UM) ANO A CADA FORNECIMENTO. A DATA DE VALIDADE DEVERÁ CONSTAR DA EMBALAGEM PRIMÁRIA E DA EMBALAGEM SECUNDÁRIA, EXCETO QUANDO A EMBALAGEM SECUNDÁRIA FOR TRANSPARENTE.					
3	ADOÇANTE LÍQUIDO DE CICLAMATO E SACARINA	ADOÇANTE LÍQUIDO DE CICLAMATO E SACARINA - FRASCO COM 100 ML.	487	UNIDADE	R\$ 2,60	R\$ 1.266,20	Item Exclusivo ME/EPP
4	CONTAINER OU COLETOR DE LIXO EM PLÁSTICO INJETADO, CAPACIDADE DE 1.000 LITROS	CONTAINER OU COLETOR DE LIXO, CORPO E TAMPA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM TRATAMENTO CONTRA RAIOS UV, 4 RODÍZIOS GIRATÓRIOS (360°), SENDO 2 COM FREIOS DE ESTACIONAMENTO, RODAS EM BORRACHA MACIÇA, DRENO PARA ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS, CAPACIDADE 1.000 LITROS, CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 400 KG	19	UNIDADE	R\$ 1.178,96	R\$ 22.400,24	Item Exclusivo ME/EPP
5	DESINCRUSTANTE PARA FORNO COMBINADO E MÁQUINA DE LAVAR LOUÇA - 5 LITROS	DESINCRUSTANTE ÁCIDO COM CONCENTRAÇÃO PRÓPRIA PARA UTILIZAÇÃO EM COZINHA INDUSTRIAL, PODENDO SER UTILIZADO EM MÁQUINAS DE LAVAR LOUÇAS E FORNOS COMBINADOS. INDICADO NA REMOÇÃO DE INCRUSTAÇÕES CALCÁRIAS POR DUREZA DE ÁGUA QUE SE FORMAM NA ÁREA DE ENXÁGUE FINAL DAS MÁQUINAS DE LAVAR LOUÇAS E GORDURAS CARBONIZADAS DO FORNO COMBINADO. DETERGENTE ÁCIDO, ESPECIALMENTE FORMULADO PARA A REMOÇÃO DE GRAXAS, ÓLEOS E GORDURAS CARBONIZADAS DE EQUIPAMENTOS DE COZINHAS PROFISSIONAIS. NÃO PRODUZ ODORE FORTE NA APLICAÇÃO E SEU USO FREQUENTE EVITA A FORMAÇÃO DE INCRUSTAÇÕES QUE PODEM DANIFICAR OS EQUIPAMENTOS E CONTAMINAR OS ALIMENTOS. LIMPA COM EFICIÊNCIA FORNOS, FOGÕES, CHAPAS, EXAUSTORES, COIFAS, FRITADEIRAS, CHAPAS, GRELHAS E FORNOS COMBINADOS. GALÃO DE 5 LITROS COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES. CONCENTRAÇÃO AO REDOR DE 0,5%, PH ENTRE 2,5 OU MENOR E COM AÇÃO CORROSIVA.	13	UNIDADE	R\$46,96	R\$610,48	Item Exclusivo ME/EPP
6	ESPONJA DUPLA FACE MULTIUSO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 110 X 70 X 20 MM	ESPONJA DUPLA FACE MULTIUSO, PARA HIGIENIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS NA ÁREA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, MANTA NÃO TECIDO, DE FIBRAS SINTÉTICAS, UNIDAS COM RESINA A PROVA D'ÁGUA, IMPREGNADA COM MINERAL ABRASIVO E ADERIDA A ESPUMA DE POLIURETANO COM BACTERICIDA, NECESSÁRIO QUE A PARTE VERDE NÃO SE DESCOLE DA PARTE AMARELA, DURANTE O USO E ALTA DURABILIDADE, ESPESSURA TOTAL DE 18 MM, COR AMARELO (ESPUMA) E VERDE (FIBRA), DIMENSÕES APROXIMADAS: 110 X 70 X 20 MM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	868	UNIDADE	R\$ 0,46	R\$399,28	Item Exclusivo ME/EPP
7	FERVEDOR AÇO INOXIDÁVEL PARA FOGÃO ELÉTRICO	FERVEDOR DE AÇO INOXIDÁVEL COM FUNDO TRIPLO (AÇO INOXIDÁVEL MAIS ALUMÍNIO MAIS AÇO	14	UNIDADE	R\$ 140,98	R\$ 1.973,72	Item Exclusivo ME/EPP

	VITROCERÂMICO POR INDUÇÃO, CAPACIDADE ENTRE 2 E 3 LITROS	INOXIDÁVEL), ACABAMENTO EM ALTO BRILHO, CABO COM REVESTIMENTO DE SILICONE ANTITÉRMICO, CAPACIDADE ENTRE 2 E 3 LITROS. PRÓPRIO PARA FOGÕES ELÉTRICOS VITROCERÂMICOS POR INDUÇÃO.					
8	LIXEIRA PLÁSTICA SEM TAMPA, CAPACIDADE 12 LITROS, CORES DIVERSAS	LIXEIRA PLÁSTICA SEM TAMPA, CAPACIDADE 12 LITROS, DIMENSÕES APROXIMADAS: 290 X 240 X 280 MM,(A X L X P) CORES DIVERSAS, A DEFINIR NO ENVIO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, BEM COMO A QUANTIDADE DE CADA COR.	30	UNIDADE	R\$ 2,10	R\$ 63,00	Item Exclusivo ME/EPP
9	POLIDOR LÍQUIDO, EMBALAGEM COM 200 ML	LÍQUIDO POLIDOR PARA APLICAÇÃO EM METAIS. FORNECIDO EM EMBALAGEM/LATA COM 200 ML.	110	UNIDADE	R\$ 6,08	R\$668,80	Item Exclusivo ME/EPP
10	RODO DE PIA EM PLÁSTICO	RODO DE PIA. MATERIAL: PLÁSTICO E BORRACHA. MEDIDAS APROXIMADAS: 21,5 X 16 X 3,5 CM.	66	UNIDADE	R\$ 1,94	R\$128,04	Item Exclusivo ME/EPP
TOTAL						R\$ 39.269,12	

ITEM	DENOMINAÇÃO	(Q) QUANT	CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND	CAMPUS ASTORGA	CAMPUS BARRAÇÃO	CAMPUS CAMPO LARGO	CAMPUS CAPANEMA	CAMPUS CASCATEL	CAMPUS COLOMBO	CAMPUS CURITIBA	CAMPUS FOZ DO IGUAÇU	CAMPUS GOIOERÊ	CAMPUS IRATI	CAMPUS IVAIPORÃ	CAMPUS JACAREZINHO	CAMPUS JAGUARIAÍVA	CAMPUS LONDRINA	CAMPUS PALMAS	CAMPUS PARANAGUÁ	CAMPUS PARANAVAÍ	CAMPUS PINHAIS	CAMPUS PITANGA	CAMPUS QUEDAS DO IGUAÇU	CAMPUS TELÊMACO BORBA	CAMPUS UMUARAMA	CAMPUS UNIÃO DA VITÓRIA	PROAD-CCAP
1	AÇÚCAR REFINADO - EMBALAGEM 1KG	1.742	-	-	-	-	100	-	30	650	70	-	-	-	-	-	-	200	400	10	20	-	12	50	100	100	-
2	AÇÚCAR, TIPO CRISTAL, EMBALAGEM COM 5 KG	1.004	15	-	-	84	10	60	17	-	50	24	40	50	-	30	-	-	-	150	10	20	-	54	30	-	360
3	ADOÇANTE LÍQUIDO DE CICLAMATO E SACARINA	487	10	-	-	65	-	40	25	10	5	-	-	10	-	-	-	96	50	12	10	5	-	12	-	12	125
4	CONTAINER OU COLETOR DE LIXO EM PLÁSTICO INJETADO, CAPACIDADE DE 1.000 LITROS	19	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	3	-	-	4	1	-	1	-	-	-	2
5	DESINCRUSTANTE PARA FORNO COMBINADO E MÁQUINA DE LAVAR LOUÇA - 5 LITROS	13	-	-	3	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	2	-	-
6	ESPONJA DUPLA FACE MULTIUSO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 110 X 70 X 20 MM	868	-	-	-	-	24	100	60	34	100	-	-	240	50	-	-	50	50	-	-	120	-	-	40	-	-
7	FERVEDOR AÇO INOXIDÁVEL PARA FOGÃO ELÉTRICO VITROCERÂMICO POR INDUÇÃO, CAPACIDADE ENTRE 2 E 3 LITROS	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	2	-	-
8	LIXEIRA PLÁSTICA SEM TAMPA, CAPACIDADE 12 LITROS, CORES DIVERSAS	30	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	-	-
9	POLIDOR LÍQUIDO, EMBALAGEM COM 200 ML	110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	RODO DE PIA EM PLÁSTICO	66	-	-	-	-	-	10	22	-	5	-	-	10	3	-	-	-	-	-	3	-	-	5	5	-	3
TOTAL		4.353	25	5	3	149	134	212	154	704	323	28	52	311	53	30	3	446	500	188	64	145	13	121	179	112	490

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificam-se a demanda em face de necessidade de atendimento do planejamento anual de compras e licitações do exercício de 2018, da Reitoria e demais Campus do Instituto Federal do Paraná – IFPR. Sendo assim, serão adquiridos materiais MATERIAL DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA FUNCIONAMENTO DA ADM para atender as atividades Administrativas e Pedagógicas dos diversos Campus do IFPR. A presente licitação é justificada pela necessidade de aquisição de materiais necessários para reposição do estoque do Almoxarifado para atender as demandas do Instituto Federal do Paraná, visando manter o pleno funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas, dando suporte às tarefas e ações operacionais, nas atividades desenvolvidas nos laboratórios, salas de aula, sala de professores, produção e pesquisa. Além de buscar incentivar junto aos fornecedores práticas para primar pela utilização de materiais recicláveis, produtos com vida útil mais longa, que contenham menor quantidade de materiais perigosos ou tóxicos, consuma menor quantidade de matérias-primas e energia, buscando desta forma um desenvolvimento sustentável.O IFPR vem a cada dia ampliando suas ações, com a demanda de novas unidades e cursos de nível nacional. Desta forma, trata-se de aquisição de materiais/equipamentos diversos necessários ao desenvolvimento de um ensino nacional de qualidade.

2.2. Preços, se enquadram no Art. 3º e seus incisos, bem como no Art. 9º, II, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, justifica-se pela imprevisibilidade de se estimar com exatidão o quantitativo de itens a serem utilizados; redução de estoques, não precisando providenciar grandes áreas para armazenagem de materiais e entregas parceladas.

2.3. As fundamentações individuais de compra requisitadas por Campus/órgão participante, estão em anexo ao presente processo licitatório.

2.4. Julga-se pertinente a contratação pleiteada neste certame por meio do Sistema de Registro de Preços pois, permitirá que a Reitoria e os Campi do IFPR adquiram os materiais de forma conjunta e de acordo com demanda, buscando-se,inclusive:

2.4.1. Melhoria da qualidade técnica dos documentos preliminares ao certame, tais como:especificações técnicas, alinhamento estratégico com o planejamento dos órgãos e condições jurídicas para a contratação;

2.4.2. Redução do esforço administrativo para a realização de diversosprocessos licitatórios sendo que a execução conjunta culmina em um único certame;

2.4.3. Ganho de economia de escala, pois, ao prospectar maior volume licitado com a unificação dos pedidos com as necessidades de cada unidade a Administração Pública amplia seu poder de compra junto aos fornecedores e consegue reduções consideráveis de preços, fato que certamente não ocorreria quando do fracionamento decertames;

2.4.4. Suprir as dificuldades decorrentes da falta previsibilidade do consumo(por não haver condições de identificar exatamente ademanda).

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os itens a serem contratados enquadram-se como itens de bens comuns.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, em remessa única, nos seguintes endereços, conforme o compus emitente da Nota de Empenho sendo os endereços:

UNIDADES	LOCALIZAÇÃO
Campus Assis Chateaubriand	Av. Cívica, S/N - Jd América. CEP: 85935-000 - Assis Chateaubriand/PR
Campus Astorga	Rodovia PR 454, s/n. CEP: 86730-00 - Astorga/PR.
Campus Barracão	Rodovia PRT163 KM 01 CEP 85700-000 Barracão PR
Campus Campo Largo	Rua Engenheiro Tourinho, 829. Vila Solene. CEP: 83.607-140- Campo Largo/PR
Campus Capanema	Rua Cariri, s/n - Centro. CEP: 85760-00 - Capanema/PR
Campus Cascavel	Av. das Pombas, 2020 - Floresta. CEP: 85814-800 - Cascavel/PR
Campus Coronel Vivida	Rodovia PR-562, s/nº, Flor da Serra CEP 85550-000 Coronel Vivida/ Paraná
Campus Colombo	Rua Antônio Chemim, 28 - Roça Grande. CEP: 83403-515 - Colombo/PR
Campus Curitiba	Rua João Negrão, 1285 - Rebouças. CEP: 80230-150 - Curitiba/PR
Campus EAD	Av. Salgado Filho, 1200- Guabirota. CEP: 81540-000 - Curitiba/PR
Campus EAD	Rua Emilio Bertolini, 48 B - Vila Oficinas. CEP: 82920-030 - Curitiba/PR
Curitiba - Educação à Distância	Av. Salgado Filho, 1050 – Guabirota. CEP: 81510-000
Curitiba - Reitoria	Rua Voluntários da Pátria, 475. Ed. ASA – Centro. CEP: 80020-000.
Curitiba – Reitoria	Av. Victor Ferreira do Amaral, 306 - Tarumã, Curitiba - PR CEP 82530-230
Campus Foz do Iguaçu	Av. Araucária, 480 - Vila A. CEP: 85500-000 - Foz do Iguaçu/PR.
Campus Goioerê	Rodovia PR 180, s/n - Trevo UEM. CEP: 87360-000 - Goioerê/PR
Campus Irati	Rua Pedro Koppe, 100 - Vila Matilde. CEP: 84500-000 - Irati/PR
Campus Ivaiporã	Rodovia PR 466, s/n - GledaPindaúva, Seção C. CEP: 86870-000 - Ivaiporã/PR.
Campus Jacarezinho	Av. Dr. Tito, s/n - Jd. Panorama. CEP: 86400-000 - Jacarezinho/PR
Campus Jaguariaíva	Rodovia PR 151, Km 23. CEP: 84200-00 - Jaguariaíva/PR
Campus Londrina	Rua João XXIII, 600 - Jardim Dom Bosco, Praça HoraceWell. CEP: 86060- 370 - Londrina/PR
Campus Palmas	Av. Bento Munhoz da Rocha Neto, s/n - Trevo Codapar. CEP: 8555-970 - Palmas/PR
Campus Paranaguá	Rua Antônio Carlos Rodrigues, 453 - Porto Seguro. CEP: 83215-750 - Paranaguá/PR
Campus Paranavaí	Rua José Felipe Tequinha, 1400 - Jd. das Nações. CEP: 87703-536 - Paranavaí/PR
Campus Pinhais	Rua Humberto de Alencar C. Branco, 1615 - Jardim Amélia. CEP: 83330-00 - Pinhais/PR
Campus Pitanga	Rua José de Alencar, s/n - Planalto. CEP: 85200-00 - Pitanga/PR
Campus Quedas do Iguaçu	Estrada Municipal, s/n - Linha Tapuí. CEP: 85460-000 - Quedas do Iguaçu/PR
Campus TelêmacoBorba	Rodovia PR 160, Km 19,5 - Parque Limeira. CEP 84269-090 - TelêmacoBorba/PR
Campus Umuarama	Rodovia PR 323, Km 310 - Parque Industrial. CEP 87507-013 - Umuarama/PR
Campus União da Vitória	Av. Paula de Freitas, s/n - São Braz. CEP: 84600-000 - União da Vitória/PR

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- 5.1.3.

comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4.

acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5.

efetuar o pagamento à Contratadano valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1.

efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referênciae seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.
- 6.1.2.

responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3.

substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4.

comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5.

manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6.

indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.

DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1.

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8.

DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1.

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9.

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 9.1.

Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.2.

O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 9.3.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.4.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.

DO PAGAMENTO

- 10.1.

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.1.1.

Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3.1.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6.

Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.11.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1.

Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.12.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.12.1.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 10.13.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11.
11.1.
- DO REAJUSTE
Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
12.
12.1.
- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.6
13.
13.1.
13.1.1.
13.1.2.
13.1.3.
13.1.4.
13.1.5.
13.2.
13.2.1.
13.3.
13.3.1.
13.3.2.
13.3.3.
13.3.4.
13.3.4.1.
13.3.5.
13.4.
13.5.
13.5.1.
13.5.2.
13.5.3.
13.6.
13.7.
13.8.
- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
ensejar o retardamento da execução do objeto;
falhar ou fraudar na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo;
cometer fraude fiscal;
Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
multa moratória de 2% (dois.por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (dez) dias;
multa compensatória de 5% (cinco.por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Documento assinado eletronicamente por **DIEGO SPADER, Chefe de Seção**, em 18/04/2019, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO FONINI ZANATTA, Ordenador de Despesa**, em 18/04/2019, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0267715** e o código CRC **E843BF74**.